DIRETOR GERAL

Me. Amaury Antonio Meller Filho

COORDENADOR DO CURSO DE DIREITO

Dr. Fernando Rodrigues de Almeida

DIRETORA ACADÊMICA / VICE-PRESIDENTE

Prof^ª. Elza Korneiczuk Meller

DIRETOR DE ENSINO

Prof. Célio Raniero

EDITORES

Me. Caio Henrique Lopes Ramiro
Dr. Fernando Rodrigues de Almeida
Ma. Taís Zanini de Sá Duarte Nunes

CONSELHO EDITORIAL

Me. Amaury Antonio Meller Filho (Faculdade Maringá-PR)
Pós-Dra. Alexandra Maria Rodrigues Araujo (Centro de Investigação para a Justiça e Governação,
Escola de Direito, Universidade do Minho (Portugal)
Pós-Dr. Alvaro Azevedo Gonzaga (PUC/SP, Brasil)
Dr. Elimar Szaniawski (UFPR, Brasil)

ASSESSORIA TÉCNICA

Rafael Caldini Raniero

REVISOR

Silvia Regina Emiliano Gonzaga

Actio Revista de Estudos Jurídicos / Faculdades Maringá. - v. 1, n. 32, (Jan./Jul., 2022 -) -
.Maringá: Faculdade Maringá, 2022.

Semestral (2002 -)

Publicação desde 2002-2004, com volumes (v.1), a partir de 2005 passou a ser numérica
iniciando-se no número 7 (n.7) e a partir de 2015, v.1, n.25 passou a ser versão eletrônica.

Editada em Maringá (2002 -).

ISSN: 2447-0384. versão on-line

1. Direito – Periódicos . I. Actio Revista de Estudos Jurídicos
.II. Faculdades Maringá.

CDD 340

Elaborado por: Maria José Ribeiro Betetto - Bibliotecária - CRB 9/1.596

Esta revista não assume a responsabilidade das ideias emitidas nos diversos artigos, cabendo-as exclusivamente aos autores. / É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista desde que seja citada a fonte. A partir de janeiro de 2015 a revista passou a ser publicada unicamente em versão eletrônica.

Faculdade de Direito / Faculdade Maringá
Avenida Prudente de Moraes, 815 – CEP 87.020-010 – Maringá – Paraná – Brasil
Fone: +55(44)3027-1100 / Fax: +55(44)3027-1200 – Email:actiorevista@faculdadesmaringa.br
Home Page: <http://www.actiorevista/index.php/Actio>

SUMÁRIO / CONTENTS

EDITORIAL	3
I A INTERPRETAÇÃO DO ART. 523, §1º DO CPC NOS JUIZADOS ESPECIAIS: UMA PROPOSTA PARA O CABIMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS COERCITIVOS EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Ingrid Stéphanie Monteiro de Souza.....	4
II. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E SUA APLICABILIDADE NO BRASIL. Ademir Gasques Sanches. João Batista dos Anjos.....	27
III. CULTURA DO CANCELAMENTO E SEUS EFEITOS JURÍDICOS. Karina Roberta Teodoro Barbosa. Carolina Fagundes Candido Oliveira.....	46
IV. DA (IN)APLICABILIDADE JURISPRUDENCIAL DA TUTELA JURÍDICA PROL TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. Gabriel Aparecido Anizio Caldas. Laura Campagnoni Brito. Norton Maldonado Dias.....	73
V. DEBATES ACERCA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E SUA EFETIVIDADE À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA PROCESSUAL E DA CELERIDADE. Ademir Gasques Sanches. João Batista Ferreira Sobrinho.....	108
VI. A IMPORTÂNCIA DO OLHAR COLABORATIVO FRENTE A DISSOLUÇÃO DA ESTRUTURA FAMILIAR. Carolina Fagundes Cândido Oliveira. Gabriela Melo de Oliveira Mizerani.....	130
VII. PEDIDO CONTRAPOSTO: APLICAÇÃO DO PEDIDO CONTRAPOSTO NOS JUIZADOS ESPECIAIS. Carolina Fagundes Cândido Oliveira. Renata Gabriela Lemos dos Anjos.....	148

Caro Leitor,

A democracia brasileira está na pauta, discutida pelos meios de comunicação de massa e em grande parte das mídias sociais, revelando a imaturidade dos integrantes dos três Poderes e a disputa de egos daqueles que deveriam agir em concordância pelo bem de todos os brasileiros, mas que, usurpando da máquina pública, a qual deveria garantir a segurança jurídica, fazem valer as suas próprias opiniões e arbitrariedades, muitas vezes ao arrepio dos princípios e valores constitucionais.

Nesse contexto, debate-se a garantia dos direitos fundamentais através de um processo democrático que preserva e faz valer os princípios e valores constitucionais, assim como a necessidade da tutela dos direitos de grupos vulneráveis, em especial as pessoas com deficiência, cujas leis não são suficientemente eficazes para garantir a igualdade e a não discriminação.

Com a tecnologia, novas práticas delituosas também emergiram, assim o cancelamento e o linchamento virtual violam direitos da personalidade, exigindo o debate urgente e a conscientização da sociedade a respeito dos malefícios dessas ações, que não matam ou torturam fisicamente, mas destroem e ferem o mais íntimo da vítima.

Em contraposição, a tecnologia torna possível que o debate e a conscientização a respeito de temas que anteriormente ficavam adstritos a 4,4% da população até o ano 2000, alcance pessoas de mais variadas formações, classes, culturas e idades, já que o acesso à internet e, conseqüentemente, ao conteúdo das revistas científicas perpassam os muros da Universidade.

Nesta edição, um desafio: os temas se apresentam para que você, caro leitor, seja o continuador, propagador, crítico, fomentador do pensar e fazer pensar.

Boa leitura!

Os Editores